



A DINÂMICA CANAVIEIRA NA MICRORREGIÃO CERES, GOIÁS: DAS COLÔNIAS AGRÍCOLAS NACIONAIS AO AGRONEGÓCIO SUCROENERGÉTICO

THE SUGAR CANE DYNAMICS IN THE CERES REGION, GOIÁS: FROM NATIONAL AGRICULTURAL COLONIES TO SUGARCANE AGRIBUSINESS

LA DINÁMICA DE CAÑA DE AZÚCAR EN LA REGIÓN CERES, GOIÁS: DE LAS COLONIAS AGRICOLAS NACIONALES AL AGRONEGOCIOS ENERGÉTICO Y DE AZÚCAR

Lara Cristine Gomes Ferreira

Universidade Federal de Goiás, Goiânia/GO

e-mail: laracristineufg@yahoo.com.br

Fernando Luiz Araújo Sobrinho

Universidade de Brasília, Brasília/DF

e-mail: flasobrinho@gmail.com

Resumo

A formação socioespacial brasileira apresenta vários contextos-chaves para se entender algumas transformações verificadas em sua paisagem. Parte-se assim, da tentativa de compreender a territorialização da atividade canavieira no Brasil e seus desdobramentos socioespaciais, em particular para a microrregião Ceres, localizada no estado de Goiás, por entender que a atividade canavieira, e a lógica sucroenergética atual, apresenta elementos ricos, “novos” e “velhos” de apropriação, que contribuem para o desvelar das contradições. A atividade sucroenergética, que conjuga produção, processamento e circulação dos produtos, por meio de um sistema agroindustrial é bastante complexa, pois acaba por influenciar e dinamizar o campo e a cidade, o rural e o urbano, bem como a região a qual está inserida. Acredita-se que a dinamização socioeconômica marginal e o desenvolvimento incompleto, bem como as contradições socioespaciais fruto do agronegócio sucroenergético verificado na região estudada, estão materializados no espaço geográfico e são perceptíveis na paisagem regional.

Palavras Chave: Expansão Sucroenergética; Estado; Ordenamento Territorial; Paisagem; Microrregião Ceres.

Abstract

The Brazilian socio formation presents several key contexts to understand some transformations verified in your landscape. It starts well, try to understand the territorialization of the sugarcane industry in Brazil and their socio-spatial consequences, particularly for micro Ceres, located in the state Goiás, understanding

that the sugarcane industry, and the current sugarcane logic, features rich elements, "news" and "olds" to appropriation, which contribute to the unveiling of contradictions. The sugarcane industry, combining production, processing and movement of products through an agro-industrial system is quite complex because ultimately influence and dynamic the countryside and the city, rural and urban, and the region which is inserted. It is believed that the marginal socioeconomic dynamics and the incomplete development, as well as the socio-spatial contradictions of the sugarcane agribusiness, examined in the study area, are materialized in geographic space and are noticeable in the regional landscape.

Keywords: Sugarcane Expansion; State; Territorial Planning; Landscape; Region Ceres.

Resumen

La formación social brasileña presenta varios contextos clave para entender algunas transformaciones verificadas en su paisaje. Empieza así, tratar de entender la territorialización de la industria de la caña de azúcar en Brasil y sus consecuencias socio-espaciales, en particular para la Región de Ceres, situada en el estado de Goiás, por la comprensión que la industria de la caña de azúcar, y la lógica canavieira corriente, cuenta con ricos elementos, "nuevos" y "antiguos" de apropiación, que contribuyen a la inauguración de las contradicciones. La industria de la caña de azúcar, que combina la producción, el procesamiento y el movimiento de productos a través de un sistema agroindustrial es bastante compleja porque en última instancia influi y dinamiza el campo y la ciudad, rural y urbano, y la región que se inserta. Se cree que las dinámicas socioeconómicas marginales y el desarrollo incompleto, así como las contradicciones socio-espaciales resultantes de la agroindustria de caña de azúcar, en el área de estudio, se materializan en el espacio geográfico y son notables en el paisaje regional.

Palabras clave: Expansión de caña de azúcar; Estado; Ordenación Territorial; Paisaje; Región de Ceres.

Introdução

Fica cada vez mais evidente a intensidade dos processos, a efemeridade das relações e a imanente intencionalidade com que os atores sociais (re) produzem a vida em sociedade. A formação socioespacial brasileira apresenta vários contextos chaves para se entender algumas transformações verificadas em seu território, nesse artigo parte-se da tentativa de compreender a territorialização da atividade canavieira no Brasil e seus desdobramentos socioespaciais, em particular para a microrregião Ceres, localizada no estado de Goiás, por entender que a atividade canavieira, em seus primórdios, e a lógica

sucoenergética atual apresenta elementos ricos, “novos” e “velhos” de apropriação, que contribuem para o desvelar das contradições.

Durante o período colonial brasileiro (séculos XVI ao XVIII), o desenvolvimento da economia variou de acordo com os interesses e as oscilações da metrópole Portuguesa e do mercado internacional da época. Destacam-se três produtos nesse contexto: primeiro, o Pau-Brasil; seguido pelo açúcar; e a mineração, sobretudo a extração do ouro. Cada um deles experimentou o seu momento de expansão e a sua fase de decadência, sendo que foi durante a República Oligárquica (1889-1930) que se verificou o auge e a decadência da atividade canavieira.

Nos anos 1930 foi criado o Instituto do Açúcar e do Alcool no Brasil (IAA) e a intervenção estatal dominou praticamente toda a estrutura do setor, sendo responsável pelo ciclo de produção e comercialização, inclusive fixação de preços, cotas, exportação e importação (UNICA, 2007). Mas, foi no período pós-guerra, com a introdução de máquinas na agricultura, por meio da importação de tratores, de elementos químicos, como fertilizantes e defensivos agrícolas, e mudanças de ferramentas e de culturas ou incorporação de novas variedades de insumos, que as agroindústrias, de modo geral, desenvolveram-se.

Em consequência a rápida ocupação do Cerrado, motivada pelas grandes extensões territoriais, principalmente nas áreas de fronteira, atraíram também as populações urbanas, dando início a um rápido processo de privatização das terras (em um ritmo até então nunca empregado), sobretudo por empresários sulistas, o que favoreceu a incorporação da região ao processo produtivo. Isso significou uma forte demanda de novos insumos, tecnologias, qualificação de mão-de-obra, maquinários, melhoramento genético, uso de calagem para os solos do Cerrado, entre outras características produzidas no âmbito da Revolução Verde. Além dessas, duas características se mantiveram inalteradas: o estímulo ao latifúndio e a concentração fundiária.

Somado a esse contexto, destacam-se dois momentos fundamentais para o estímulo à produção canavieira e produção de álcool no Brasil:

primeiramente a crise mundial do açúcar e, logo em seguida, as sucessivas crises mundiais do petróleo (em 1975 e 1979); e a criação, no Brasil, do Programa Nacional do Álcool (Proálcool). Em decorrência desse contexto mundial a autossuficiência energética foi amplamente estimulada no Brasil (por ser um elemento geopolítico de suma importância), sobretudo pelos Planos Nacionais de Desenvolvimento (PND's) durante o Regime Militar (1972 a 1979). Diante disso, houve durante essa década, a intensificação da expansão canavieira e a territorialização de destilarias e/ou usinas em todo território nacional.

Além do Proálcool, um contexto mais recente merece atenção. Em meados dos anos 2000 houve um *boom* canavieiro, muito associado, inicialmente com a crise global de energia, com a crescente preocupação ambiental, que propunha a produção de combustíveis alternativos à gasolina (principalmente após o Protocolo de Kyoto), o que culminou com o crescimento do uso de biocombustíveis (como o etanol e o biodiesel), amparados, no Brasil, pelo Plano Nacional de Agroenergia (2006 - 2011).

Diante disso, foi a partir da realização da Conferência Eco 92 (na cidade do Rio de Janeiro/Brasil, no ano de 1992), que resultou no Tratado de Kyoto (em 1997), que a busca por energia menos poluente e renovável tornou-se uma prioridade em alguns países, como China e Japão, que passaram a adicionar álcool (etanol anidro) à gasolina, na busca de diminuir o uso do petróleo e a emissão de monóxido de carbono (CO), um dos gases responsáveis pelo efeito estufa.

A partir daí, iniciou-se uma fase de preocupação mundial pela proteção ambiental, por meio da criação de políticas e acordos internacionais, principalmente no que se refere ao aquecimento global, já que sua causa é derivada dos impactos humanos, ressaltando o uso de combustíveis fósseis como um dos importantes participantes. Segundo Pinhel Júnior (2007), contribuiu também para a revalorização do álcool, como real alternativa combustível em substituição ao petróleo, o surgimento do chamado veículo bicombustível ou flex,

cujo motor pode utilizar tanto álcool quanto gasolina ou mesmo a mistura dos dois combustíveis em qualquer proporção.

A partir do ano de 2006 observou-se um incremento notável das áreas canavieiras, do número de usinas implantadas e em processo de implantação, e o desenvolvimento de políticas federais e estaduais importantes para o setor, já que despontava como maior produtor mundial de etanol derivado da cana-de-açúcar. Os estados de São Paulo (maior produtor nacional), Goiás, Minas Gerais e Mato Grosso do Sul são os que apresentavam maior expansão em área plantada de cana-de-açúcar e instalação de empreendimentos. Destaca-se que, após essa ascensão, o setor enfrentou novamente crises, com o fechamento de algumas usinas. De acordo com a União Nacional da Indústria de Cana-de-açúcar - Unica (2013), mais de 40 usinas deixaram de funcionar, entre os anos 2008 e 2012, sendo 30 delas apenas entre 2011 e 2012.

A microrregião Ceres, localizada na mesorregião Centro Goiano, destaca-se em produção de cana-de-açúcar e em empreendimentos implantados. Há nessa região atualmente, sete usinas em funcionamento: uma no município de Carmo do Rio Verde, uma em Itapaci, uma em Itapuranga, uma em Rubiataba e três em Goianésia. Observou-se que há uma refuncionalização dos equipamentos urbanos e da rede urbana local e regional para servir às demandas da atividade sucroenergética. Desta forma, percebeu-se nos municípios que sofrem influência direta e indireta da atividade sucroenergética, uma produção do território diferenciada, que se realiza em prol das demandas do setor e das exigências do capital.

Objetiva-se então com esse artigo, compreender como o processo de territorialização do setor sucroenergético na microrregião Ceres (Goiás), tendo como recorte temporal a partir da política das Colônias Agrícolas Nacionais (CANG), implantadas durante o Governo Vargas no Brasil, já que esse contexto foi importantíssimo para a formação territorial da região estudada, além de ser um contexto bem diferente do verificado atualmente, pois as CANG tiveram o intuito

de colonizar o centro-norte brasileiro por meio de doação de lotes para os colonos produzirem por meio da agricultura familiar.

Além disso, foi abordado o papel do Estado como agente de fomento à implantação de empreendimentos sucroenergéticos, utilizando-se de políticas e programas de governo que estimularam a expansão canavieira para o Brasil e, conseqüentemente, para a região estudada. Bem como, abordar as principais dinâmicas que são verificadas, por meio da relação estabelecida; além de buscar compreender como a atividade sucroenergética pode contribuir para um ordenamento territorial voltado para a perpetuação do capital canavieiro, verificando como os principais efeitos, fruto da dinâmica sucroenergética, estão materializados na paisagem regional.

Para essa pesquisa, foram necessários os seguintes passos metodológicos: levantamento teórico-metodológico da temática estudada, bem como de material bibliográfico relacionado aos conceitos de paisagem, região e ordenamento territorial (sobretudo, durante a realização de estágio doutoral na Espanha); levantamento de dados sobre a produção canavieira e sobre a dinâmica das usinas sucroenergéticas em órgãos responsáveis; e levantamento de dados empíricos durante a realização de trabalho de campo. Ressalta-se que os dados estatísticos sobre a produção canavieira para a microrregião Ceres foram retirados do Instituto Mauro Borges (IMB), vinculado à Secretaria de Gestão e Planejamento do Estado de Goiás (SEGPLAN). Destaca-se que esse Instituto compila e disponibiliza os dados estatísticos de outros órgãos e institutos de pesquisa, como o IBGE, a SIFAEG, o INCRA e o CANASAT, vinculado ao Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE).

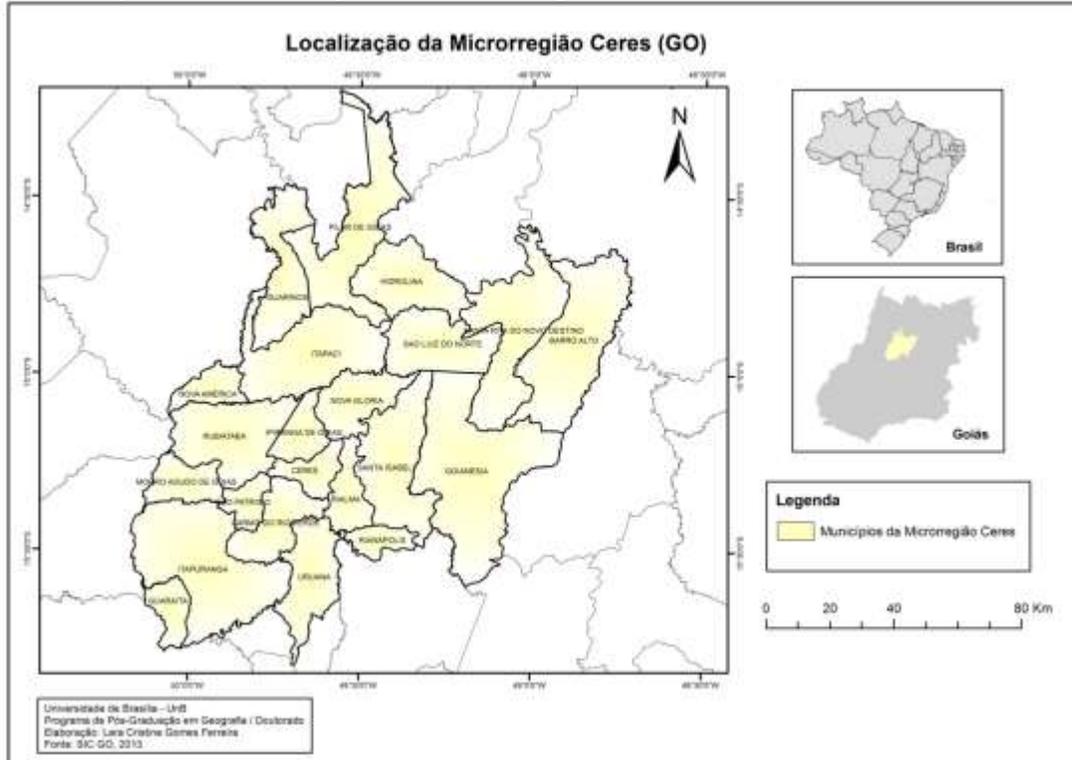
Das Colônias Agrícolas Nacionais (CANG) ao agronegócio sucroenergético

A microrregião Ceres está localizada na mesorregião Centro Goiano e é constituída por 22 municípios (Mapa 1). A microrregião tem o mesmo nome do

município de Ceres, emancipado do município de Goiás no ano de 1953. A região de Ceres teve ocupação relevante durante o Governo de Getúlio Vargas, que como uma de suas frentes políticas, objetivou a ocupação dos “grandes vazios demográficos” do Brasil. Dentro da denominada “Marcha para o Oeste”, criou-se o projeto das Colônias Agrícolas Nacionais (CANG), no ano de 1941, com o intuito de povoar o interior do Brasil, por meio de incentivos a pequena propriedade e ao produtor rural, com o discurso de incentivar a ocupação do interior do país.

A CANG foi criada pelo Decreto Lei Nº 6.882, de 19 de fevereiro de 1941, e fornecia aos colonos reconhecidamente pobres, mas trabalhadores e bem “comportados”, lotes que variavam entre 26 e 32 hectares. Era uma exigência que os lotes só fossem distribuídos aos colonos que comprovassem ser casados, assim muitos migrantes que chegavam na colônia solteiros acabavam por contrair matrimônio para conseguirem terras. A Administração da Colônia doava também uma casa de alvenaria, além de um auxílio inicial aos colonos. Segundo Faissol (1952), na década de 1950 o número de casas já doadas era muito pequeno, devido a grande quantidade de migrantes, frente às verbas insuficientes do governo.

Mapa 1 – Localização da microrregião Ceres no estado de Goiás



Fonte: Os autores (2015).

Alguns autores como Andrade (1990; 2006), defendem a tese de que a CANG contribuiu para a realização uma reforma agrária no Brasil, contudo não há consenso nessa afirmação, pois a preocupação maior do Governo na época era estimular a ocupação do território brasileiro, sobretudo as regiões menos povoadas, devido principalmente ao contexto geopolítico da época (Segunda Guerra Mundial).

Um importante estudo para essa região foi realizado por Speridião Faissol, durante a década de 1950, intitulado *O Mato Grosso de Goiás* (a origem desse nome está relacionado ao tipo de vegetação florestal, que se destaca em meio as áreas de Cerrado e foi dado pelos viajantes naturalistas do século XIX, como Auguste de Saint-Hilaire). Nesse estudo, o autor aponta dois motivos principais para a ocupação humana na região: primeiro, pelo momento que o Brasil estava vivendo de expansão da ocupação do território nacional por meio

das Colônias Agrícolas Nacionais, projeto orientado por técnicos em agricultura e colonização do Governo Federal; e segundo, porque muitas áreas que estavam recebendo esse movimento pioneiro eram antigas áreas mineradoras que ficaram decadentes por mais de um século. Durante a década de 1950, a exploração mineral não era mais considerada, pelo menos em grande escala, iniciava-se o momento de expansão das lavouras, principalmente de arroz, milho, feijão ou café (FAISSOL, 1952).

A base da ocupação do Mato Grosso Goiano deu-se pelas migrações, relacionadas ao processo de colonização da CANG. Segundo Faissol (1952) a migração estava sendo feita em uma escala nunca vista em Goiás até o momento. A maior parte dos migrantes era constituída por mineiros (Patos de Minas, Abaeté, Carmo da Paranaíba e outros municípios do oeste de Minas Gerais), mas também havia um número considerável de paulistas, baianos, maranhenses e mesmo goianos, de outras localidades do estado (FAISSOL, 1952). Segundo Estevam (1997, p. 91) “na verdade, tratava-se de pessoas sem recursos, na maioria agregados de fazendas, meeiros e arrendatários, que marchavam em busca da terra prometida”. Houve também um grande estímulo para a vinda de médicos e profissionais da saúde para a CANG e em pouco tempo foi construído o primeiro hospital da região, o hospital São Pio X.

A escolha da área para implantação da CANG foi estratégica, pois além de abranger terra fértil, situava-se ao norte de Goiânia e Anápolis. A escolha da área a qual a CANG seria implantada, contou com o apoio do Governo Estadual, pois o mandatário de Goiás mostrou a Getúlio Vargas, em mapa, uma ótima área para a implantação de tal empreendimento, já que ficava distante de Goiânia e mais perto de Anápolis, que nesse contexto histórico era a cidade mais populosa e progressista do estado de Goiás (ESTEVAM, 1997).

A colônia então, foi gradativamente apresentando incremento populacional, por meio das migrações, sendo que no ano de 1946 já contava com 1.600 famílias. No ano de 1950 a população era de quase 30 mil pessoas, o que conferia à colônia uma densidade demográfica de 35 hab./Km². Grande parte das

famílias habitavam a zona rural, que nessa época tinha aproximadamente 93% da população (ARANHA, 2001).

O fato é que mesmo a CANG apresentando objetivos relacionados a ocupação por meio de colonização, concessão de terras, doação de casas e equipamentos para a produção agrícola, a realidade foi bem distinta. Há alguns relatos sobre a perversidade com os povos indígenas que habitavam aquela região, os quais tiveram que avançar para outros territórios ou se inserir na dinâmica da colônia, sendo inseridos também em novos costumes e na dinâmica capitalista (CASTILHO, 2012,). Portanto, na realidade, a CANG não apresentava uma proposta concisa de reforma agrária, somente apresentava um discurso nesse sentido, no intuito de aumentar as migrações para a região e propiciar a ocupação dos “vazios” no território brasileiro.

O modelo excludente da CANG e as exigências para o estabelecimento na colônia, bem como o atraso na construção das casas e na demarcação dos lotes, foram alguns motivos para que uma parte dos migrantes que lá chegavam, mas não conseguiam inserir-se, fossem habitar outros núcleos. O exemplo mais claro do modelo excludente e seletista da CANG, foi o surgimento do povoado da Barranca, localizado na margem direita do Rio das Almas - importante rio, principalmente para o abastecimento da região (SILVA, 2002). Foi o início do que hoje é o município de Rialma (Os povoados que hoje são os municípios de Carmo do Rio Verde e Uruana também surgiram com os migrantes que não conseguiram se inserir na CANG).

A falta de investimento e a insuficiência das políticas governamentais de apoio ao pequeno produtor, além da infraestrutura local e regional incipiente, foram fatores que levaram ao gradativo esvaziamento da CANG. A emancipação da Colônia aconteceu no ano de 1953 e foi desmembrada das terras do município de Goiás, por meio da Lei Nº 767, e recebeu o nome de “Ceres” pelo administrador da Colônia, Bernardo Sayão, em homenagem a deusa da agricultura e dos cereais (Mitologia Romana).

Após o golpe militar de 1964 no Brasil, os programas de desenvolvimento econômico e regional sofreram algumas mudanças, mas deram continuidade ao processo de modernização-centralização do Estado, inaugurado no regime do Estado Novo (COSTA, 2000). Nos anos pós 1964 algumas políticas de desenvolvimento foram propostas e executadas pensando nas diferenças regionais do Brasil. Exemplo disso, foram as Superintendências e os Planos Nacionais de Desenvolvimento (PND's) criados nesse contexto.

A década de 1970 consistiu em um marco da atuação do Estado para o ordenamento territorial do Brasil, já que todas as políticas tiveram em sua essência estratégias e intencionalidades, que direcionaram a expansão da fronteira agrícola para o centro do país, bem como estimularam a integração nacional, por meio da construção de rodovias. Assim, várias políticas e programas foram criados para incentivar a ocupação do interior do país, expansão da fronteira agrícola e modernização da agricultura, com intensa capitalização do campo.

Também durante a década de 1970, foi criado o Programa Nacional do Alcool – Proálcool, que foi responsável pela expansão da fronteira canavieira para o Centro-Oeste brasileiro, apesar que nesse contexto, todo o país viu a rápida territorialização das destilarias e a expansão da produção de cana-de-açúcar.

Essas características acarretaram profundas transformações ambientais e socioeconômicas, como uma intensa fragmentação das fitofisionomias do Cerrado (no caso estudado), como também um crescimento econômico acelerado e a gradativa intensificação do processo de urbanização, refletido na década 1990, quando os efeitos dessa ocupação se manifestaram por meio da rápida e expressiva concentração urbana.

O Estado como agente de fomento às agroindústrias canavieiras

Para a territorialização do agronegócio alguns agentes tem papel fundamental, pode-se destacar a ação do Estado para tanto. Parte-se da discussão realizada por Milton Santos (2002), o qual entendia o Estado como principal agente de normatização e regulação da vida em sociedade. Assim, para entender tanto a territorialização dos empreendimentos do agronegócio em Goiás, quanto as políticas de financiamento e a logística que envolvem a produção e circulação dos produtos é fundamental entender a mediação do Estado.

Parte-se do entendimento que o Estado mantém uma legítima relação dialética com a sociedade capitalista, pois interfere e gera conflitos entre o novo e o velho, entre o externo e o interno, e as forças do mercado e a ação estatal, como expôs Santos (1985). Essa reflexão é fundamental para compreender o papel do Estado frente ao agronegócio, por exemplo. Como portador do “novo”, o Estado garante a inserção de modernos maquinários, insumos e tudo isso tem influência direta com as redes internacionais de comercialização, vinculadas às bolsas de valores. Simultaneamente, o Estado garante a permanência do “velho”, sobretudo no tocante ao social (SANTOS, 1985).

As “velhas” relações podem ser exemplificadas no agronegócio brasileiro, em algumas relações ainda latentes nas agroindústrias sucroenergéticas (por exemplo), como o corte manual da cana-de-açúcar, que propicia além da queima da cana (algo tão “velho” frente aos modernos maquinários de corte e colheita da cana), a migração de mão de obra para a colheita desta cana queimada, passando até por relações de trabalho análogo ao escravo ou trabalho escravo, como largamente discutido nos trabalhos de Silva *et al* (2013).

Diante dessas breves reflexões, como pensar em compreender o papel do Estado de forma desconexa? É possível partir da ideia que há inseparabilidade entre os interesses do Estado e do mercado? ou, no caso estudado, da lógica do mercado sucroenergético atual? Acredita-se que é importante partir da relação

dialética “mercado-Estado” e considerar, em primeiro plano, a dimensão do objeto analisado.

Para Boaventura de Souza Santos (1982), o Estado é capitalista pelo seu papel constitutivo no processo de acumulação. E entende que cada atuação “do” Estado é uma atuação “no” Estado, pois o perfil de dominação e de legitimação é dinâmico e contraditório.

Concorda-se com Mészáros (2011) quando reflete que o Estado moderno é inconcebível sem o capital, e este precisa do Estado como seu complemento necessário. Para este autor, o Estado deve ser entendido como parte integrante da própria base material do capital, pois ele contribui significativamente para a formação e consolidação de todas as grandes estruturas produtivas da sociedade, bem como para seu funcionamento ininterrupto.

Há atualmente pouquíssimos aspectos da produção e do consumo que não são afetados, de forma direta ou indireta, pelas políticas do Estado. O papel do Estado é central como agente do funcionamento da sociedade capitalista e esse papel não é recente na sociedade, como expôs Harvey (2005).

Quando se avalia a produção de certos produtos do agronegócio em Goiás, percebe-se algumas tendências de espacialização e, simultaneamente, uma “movimentação” dos agentes do capital e do Estado para conformá-lo e fomentá-lo, buscando, sobretudo o retorno pretendido por cada agente. Quando essa lógica é de alguma forma “ameaçada”, o Estado tende a se posicionar no intuito de regular e ordenar, a favor de seus interesses. Exemplo disso em Goiás foi a Lei Complementar nº 5.200/2006 que limitava a expansão canavieira no município de Rio Verde (sudoeste de Goiás), referência na produção e beneficiamento de soja em Goiás.

Segundo Arrais (2013, p.16) o Estado atua também na garantia da circulação, investindo em rodovias, ferrovias, hidrovias, aeroportos etc. e assim regula e investe diretamente no território, por isso é alvo de críticas em razão da “concepção do discurso neoliberal de que existe uma falsa separação entre os interesses imediatos do mercado e a regulação estatal”.

Como o agronegócio está diretamente propenso aos momentos de crises e euforias econômicas globais e do mercado internacional, o Estado tem o papel de intervir para estabilizar o setor, por meio do oferecimento de garantias políticas e econômicas. Cleps Júnior (2010) enfatiza que os planos safra destinam recursos financeiros para a agricultura comercial e o BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Social) também apresenta mecanismos a serviço da expansão do agronegócio. Um elemento muito importante a se compreender são os subsídios governamentais que, em muitas vezes representam, além do fomento à atração e o crédito ao empreendimento, a negociação e o perdão de dívidas, bem como as isenções fiscais por um determinado período.

Para o estado de Goiás há dois programas que se destacam em incentivos fiscais, atração de empreendimentos e incremento no valor adicionado industrial: o Fomentar e o Produzir. O Fomentar (Fundo de Participação e Fomento à Industrialização de Goiás) foi criado pelo Governo Estadual em 1984 e tinha como objetivo central atrair grandes empresas e indústrias para Goiás, baseado na isenção temporária do pagamento de 70% sobre o ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviço).

No ano 2000, foi criado o Produzir (Programa de Desenvolvimento Industrial de Goiás) que primeiramente teve a intenção de substituir o Fomentar, já que a princípio o prazo para este expirar era de apenas 10 anos. Mas, este prazo foi prorrogado para o ano 2020, tanto para o Fomentar quanto para o Produzir, segundo a Secretaria de Indústria e Comércio de Goiás (FERREIRA, 2010).

O Produzir trata-se de um incentivo financeiro de apoio às indústrias, com base no faturamento e arrecadação tributária. O Produzir visa amparar principalmente projetos industriais direcionados à implantação de novos empreendimentos, expansão e diversificação da capacidade produtiva, modernização tecnológica, gestão ambiental e revitalização de unidade industrial paralisada. É importante ressaltar que estas características são basilares para a competitividade e a capitalização no campo, ou seja, estimulam a dinâmica e a lógica do agronegócio.

Em síntese, o Fomentar recolhia 30% e os restantes 70% (que o empreendimento ficava temporariamente isento) eram pagos em leilão, porém este percentual era negociado, o que acabava diminuindo muito o valor. Já o Produzir recolhe 27% e deixa de recolher 73%, destes 10% vão para o FUNProduzir, que corresponde ao Fundo da Agência de Fomento de Goiás que serão revertidos em outros Programas do Governo, relacionados ao esporte, cultura e para a própria Secretaria de Indústria e Comércio (SIC GO), para fornecer créditos aos empreendimentos e microempresas (Microproduzir).

Assim, segundo Romanatto *et al* (2012), esses dois programas de incentivos fiscais, implementados em Goiás, estiveram orientados para o desenvolvimento de três grandes grupos de segmentos industriais: **1)** processamento de matérias-primas naturais e indústrias acessórias, como embalagens, adubos e rações; **2)** química, farmacêutica e automobilística, com a tentativa de diversificação da economia; **3)** setores tradicionais como de confecções, calçados e móveis, com objetivos de promover o adensamento de suas cadeias produtivas.

A Expansão do setor sucroenergético para a Microrregião Ceres, Goiás

A produção canavieira passou, ao longo do tempo, por alguns contextos importantes de expansão no Brasil. Podem-se destacar o Proálcool, em meados da década de 1970, e a busca por combustíveis alternativos à gasolina, que culminou com o crescimento do uso de biocombustíveis (como o etanol e o biodiesel), em meados da década de 2000, como mencionado. Nesse último contexto, o estado de Goiás destacou-se, tanto na produção de cana-de-açúcar, quanto na implantação de empreendimentos sucroenergéticos e/ou previsão de implantação.

Outra intervenção estatal recente, que deverá inaugurar uma nova fase de expansão e desenvolvimento do agronegócio canavieiro se deu com a promulgação da Lei nº 13.576/2017, publicada no Diário Oficial da União no dia 27

de dezembro de 2017. Trata-se da nova Política Nacional de Biocombustíveis, batizada com a sigla *RenovaBio* que tem como objetivos principais: i) contribuir para o cumprimento do Acordo de Paris sob a Convenção das Nações Unidas sobre Mudança do Clima; ii) adequar a relação da eficiência energética e de redução de emissões de gases causadores do efeito estufa na produção, comercialização e no uso de biocombustíveis; iii) promover a expansão da produção e uso de biocombustíveis na matriz energética nacional; e iv) contribuir para participação competitiva dos diversos biocombustíveis no mercado nacional de combustíveis. (ANP, 2018). Dois aspectos se destacam na promulgação da referida lei: 1) o papel central do Estado no desenvolvimento do agronegócio em geral e canavieiro em específico; 2) a retomada do discurso de novas matrizes energéticas a partir da conversão da agricultura de produtora de alimentos em produtora de energias (OLIVEIRA, *et al*, 2018).

No ano 2005 havia, no estado de Goiás, 14 usinas em operação, com uma produção de 15.642.125 toneladas (t) de cana-de-açúcar. No ano de 2007, havia 18 usinas em operação e aproximadamente 30 usinas em processo de avaliação. Muitas usinas tiveram o pedido negado para implantação e, atualmente, segundo dados do Instituto Mauro Borges da Secretaria de Estado de Gestão e Planejamento de Goiás (IMB, 2016) existem 35 usinas sucroenergéticas implantadas e em funcionamento em Goiás, duas usinas com a licença suspensa temporariamente, quatro em processo de implantação e dez usinas em provável implantação.

A tabela 1 mostra os dados da evolução da produção canavieira para o estado de Goiás, além dos dados da produção de etanol e açúcar. Por meio da análise dos dados é possível observar que a quantidade de usinas no estado de Goiás cresceu substancialmente nos últimos dez anos. A produção em toneladas de cana corresponde a mais de 70 milhões de toneladas/ano, o que coloca o estado de Goiás no segundo lugar no *ranking* de produção de cana-de-açúcar do Brasil, ficando atrás somente do estado de São Paulo (maior produtor nacional).

Tabela 1 – Usinas em operação e produção de cana-de-açúcar, etanol e açúcar – 2005 – 2015, no estado de Goiás.

Ano	Destilarias / Usinas	Produção Cana de açúcar (t)	Etanol (mil litros)	Açúcar (t)
2005	14	15.642.125	728.979	749.838
2006	15	19.049.550	821.616	766.322
2007	18	22.063.677	1.213.733	952.312
2008	28	33.041.559	1.922.414	1.247.039
2009	35	43.666.585	2.196.179	1.384.081
2010	36	47.733.283	2.895.998	1.798.457
2011	34	54.903.085	2.675.292	1.752.398
2012	38	53.915.572	3.130.577	1.875.260
2013	37	69.307.411	3.887.830	1.890.648
2014	37	69.377.930	4.226.854	1.997.114
2015*	35	70.412.725	4.678.570	1.892.230

* Posição em 2016.

Fonte: SIFAEG para etanol e açúcar; IBGE para cana-de-açúcar. Elaboração: Instituto Mauro Borges/Segplan-GO/Gerência de Sistematização e Disseminação de Informações Socioeconômicas - 2017.

Essas usinas implantadas possuem demandas e relações multiescalares que vão desde o local ao internacional. O mercado internacional dita às normas, em consonância com o Estado, e acaba por movimentar a economia local e regional. Além disso, algumas dinâmicas da cidade, bem como os equipamentos urbanos e a infraestrutura local e regional são diretamente influenciados pela lógica sucroenergética.

A produção de cana-de-açúcar teve início na microrregião Ceres a partir do final da década de 1960 e se expandiu durante o Proálcool. A primeira destilaria implantada na região data de 1968 e se trata da Sociedade Açucareira Monteiro de Barros, instalada no município de Goianésia. Posteriormente foram instaladas a PITE S/A no município de Itapuranga (1979), a destilaria Carval, no município de Carmo do Rio Verde (1980), a Jalles Machado, no município de Goianésia (1980), a Devale, no município de Itapaci (1982), a Cooper Rubi, no município de Rubiataba (1984) e a usina Goianésia, no município de Goianésia (1989), todas relacionadas aos incentivos do Proálcool durante as décadas de 1970 e 1980. Das destilarias e usinas citadas somente a usina Goianésia e a

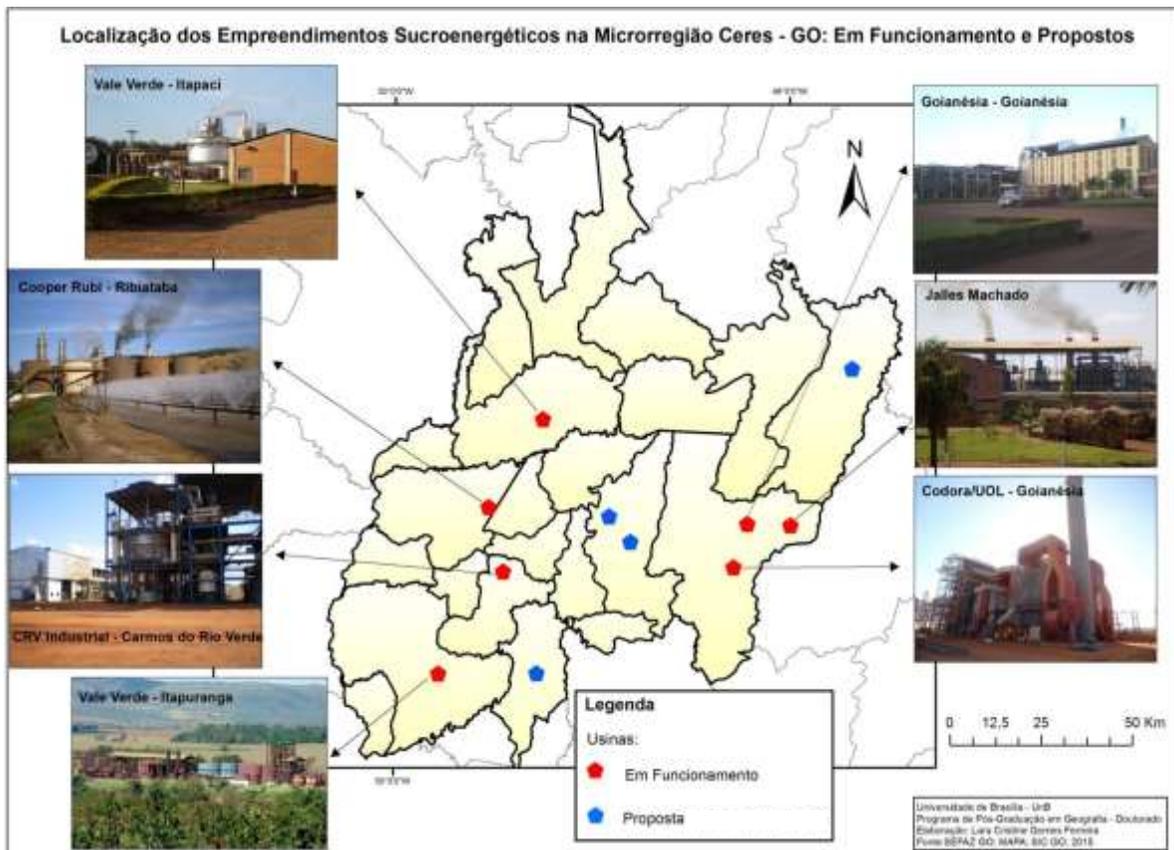
Jalles Machado ainda estão em funcionamento ininterrupto desde o momento de implantação, as demais foram desativadas principalmente durante as crises do Proálcool.

A usina CRV Industrial foi implantada no município de Carmo do Rio Verde no ano 2000 e a usina Vale Verde em Itapaci, no ano de 2002. A usina Vale Verde instalada no município de Itapuranga e a usina Codora, uma filial da Jalles Machado, implantada em 2010 em Goianésia, estão relacionadas ao Plano Nacional da Agroenergia no Brasil a partir de 2006, como já discutido.

Faz-se importante mencionar que durante o contexto do Plano Nacional da Agronegia foram solicitadas as licenças para a implantação de mais quatro usinas na microrregião Ceres: uma no município de Barro Alto, uma no município de Uruana e duas no município de Santa Isabel, mas todas tiveram a licença implantação negadas, sobretudo devido à crise econômica de 2008. O Mapa 2 mostra a localização dos empreendimentos canavieiros implantados na microrregião Ceres.

A produção canavieira vem crescendo sobremaneira na microrregião Ceres: no ano 2000 a microrregião produzia 1.973.500 toneladas de cana-de-açúcar e, em 2012, foram 7.401.803 toneladas. Os municípios que mais se destacam na produção canavieira são: Goianésia, Nova Glória, Itapuranga, Santa Isabel, São Luiz do Norte, Itapaci, Rubiataba e Barro Alto, respectivamente (IMB, 2016).

Mapa 2 – Espacialização dos empreendimentos sucroenergéticos na microrregião Ceres



Fonte: Os autores (2016).

Dos oito maiores municípios em produção de cana-de-açúcar, três possuem usinas sucroenergéticas em funcionamento: Goianésia, Itapaci e Rubiataba, os demais possuem uma alta produção canavieira que é transportada e beneficiada nos municípios vizinhos. Destaca-se a alta produção de cana nos municípios de Nova Glória (782.318 toneladas), Itapuranga (570.125 toneladas), Santa Isabel (553.330 toneladas), São Luiz do Norte (540.000 toneladas) e Barro Alto (513.566 toneladas), que mesmo não possuindo usinas, tem uma alta produção voltada para as usinas existentes na região (IMB, 2016). Diante disso, reitera-se a importância da abordagem regional, pois mesmo existindo usinas em somente cinco municípios, a produção canavieira é realizada de forma intensa em quase todos os municípios da microrregião.

O ordenamento territorial e as paisagens regionais fruto do setor canavieiro na Microrregião Ceres

No Brasil, o Estado acaba sendo o principal agente de planejamento do território e, conseqüentemente, de como acontecerá seu ordenamento. Cada vez mais, o Estado se associa a grandes empresas e tende a se apoderar de funções, atributos e prerrogativas da sociedade urbana, retirando dela poder político, desvalorizando-a. Segundo Marques (2002), a cidade é transformada em meio, dispositivo material a serviço da organização da produção, do controle da vida cotidiana e da programação do consumo.

Nos países da União Européia com destaque para Portugal, Espanha, França, Alemanha e Reino Unido, há variados estudos envolvendo a Geografia, a paisagem e o ordenamento territorial. No ano de 1983, foi escrita a Carta Europea de Ordenación del Territorio, a qual constitui um instrumento importante de desenvolvimento econômico. A Carta Europea tem como um dos principais objetivos seguir,

Promoviendo estrategias que permitan reducir al máximo los conflictos que surgen entre las crecientes necesidades de recursos naturales y la exigencia de su conservación, trata de asegurar una administración responsable del marco natural, de los recursos del suelo y del subsuelo, del aire y del agua, de os recursos energéticos, de la fauna y de la flora, dedicando una atención especial a las bellezas naturales y al patrimonio cultural y arquitectónico (CONSEJO DE EUROPA, 1983).

No Brasil, por mais que hajam programas e políticas públicas no intuito de promover estratégias de ordenamento territorial de forma equilibrada entre as regiões e reduzir os conflitos, a realidade é bem distinta, até pela extensão territorial do país e pela riqueza em terras e recursos naturais, que acabam por gerar disputas e conflitos territoriais de diversas ordens.

Atualmente o Estado e as grandes corporações são os principais agentes de ordenamento territorial. Os empreendimentos sucroenergéticos, por exemplo, tem lugar certo para serem implantados e isso com o aval do Estado,

que por meio de políticas de fomento atraem as agroindústrias. Com o desenvolvimento e modernização da agricultura, sobretudo a partir da década de 1970, isso passa a ficar cada vez mais evidente. Com a constituição dos Complexos Agroindustriais (CAI's), a agricultura passa a depender da dinâmica da indústria, sendo seu funcionamento determinado de forma conjunta. Segundo Silva (2003), a implantação dos complexos agroindustriais tornou-se parte integrante da Política de Integração Nacional e de abertura de fronteiras agrícolas capitalistas. Desse modo, o espaço agrário se inseriu, cada vez mais, no modelo de acumulação urbano-industrial, consumindo insumos industriais e produzindo matérias-primas para as indústrias de tecnologias avançadas na área de processamento alimentar.

Mais recentemente no Brasil, tem-se utilizado o conceito de agronegócio para representar essas complexas relações existentes no complexo sistema agrário brasileiro. O termo agronegócio já foi compreendido de várias maneiras ao longo do tempo. A primeira formulação veio do *agribusiness* de Davis e Goldberg em 1957, os quais compreendiam um complexo de agricultura, indústrias, mercado e finanças. Mais recentemente outros autores trabalharam com o conceito de agronegócio, aperfeiçoando-o. Para Gasques *et al* (2004, p. 8), o agronegócio é visto como a cadeia produtiva que envolve desde a fabricação de insumos, a produção nos estabelecimentos agropecuários, sua transformação, chegando até o consumo. Esta cadeia incorpora todos os serviços de apoio, desde pesquisas e assistências técnicas, bem como processamentos, transporte, comercialização, distribuidores, bolsas de valores, até o consumidor final.

Girardi e Fernandes (2004), trazem nove preceitos que seriam fundamentais para caracterizar o agronegócio: concentração de terras, uso intenso de tecnologia, elevados impactos ambientais, uso elevado de água para cultivo irrigado, produção de plantas e animais modificados geneticamente, concentração de capitais, financiamentos facilitados devido à propriedade da terra ser garantia dos mesmos, predomínio de trabalho assalariado, uso e dependência de insumos estrangeiros e a produção destinada na sua maior parte para o

mercado externo. Para Fernandes e Welch (2008) é importante mencionar que o agronegócio forma um modelo controlado por corporações transnacionais, que trabalham com uma ou mais *commodities* e atuam em outros setores da economia. Segundo os autores é evidente que essa condição confere às transnacionais do agronegócio um poder extraordinário que possibilita a manipulação dos processos em todos os sistemas do complexo.

O setor sucroenergético atualmente é um dos principais exemplos de agronegócio, pois possuem a produção agrícola altamente tecnificada, com a presença de insumos, implementos agrícolas, maquinários altamente modernos, além do processamento industrial da cana, com a produção, em suas várias formas, de açúcar (VHP, cristal, refinado K, orgânica), etanol (anidro, hidratado, em gel) e energia (pela biomassa da cana: bagaço e palha), bem como todas as relações que se antecipam e que finalizam esse sistema, como as relações de circulação, transporte, logística, fomentos, mercado e consumo, enfim, as relações capitalistas e de poder envolvidas nesse processo.

Verifica-se que na microrregião Ceres (Goiás), o Estado e o agronegócio canavieiro são os grandes responsáveis pelo ordenamento territorial. O Estado aprovou para todas as usinas canavieiras financiamento pelo Fomentar ou Produzir (programas já abordados nesse artigo) e as usinas tem o papel de atrair para as cidades, as quais estão implantadas, outras empresas prestadoras de serviço demandadas pela realidade do setor, além de um mínimo de sistema bancário para efetivar as comercializações.

Assim, alguns impactos e efeitos fruto desse ordenamento territorial conjugado entre o Estado e o setor agroindustrial canavieiro são materializados na paisagem da região estudada. As usinas quando são implantadas em determinada cidade (com o apoio financeiro do Estado) acabam atraindo mão de obra, pois são gerados empregos diretos e indiretos, utilizando mão de obra local e migrante, principalmente para o corte manual da cana-de-açúcar. Além disso, as usinas apresentam demandas de diversos tipos, necessitando de um comércio ou

prestadoras de serviço de acordo com a realidade demandada pelo empreendimento.

Contudo, a região estudada apresenta cidades de porte pequeno e com vários problemas de infraestrutura e equipamentos urbanos. Com a presença das usinas canavieiras, são atraídas algumas prestadoras de serviços e comércio, como: lojas de insumos agrícolas, lojas de vendas de tratores e máquinas agrícolas, agências bancárias e de crédito agrícola, entre outras. Mas, há algumas demandas que a realidade das cidades e região não comportam. As figuras a seguir retratam a realidade explicitada, que são facilmente verificadas na paisagem regional. A fotografia 1 mostra uma parte do bitrem (caminhão que transporta a cana colhida das lavouras para a usina) sendo consertado por uma mecânica no perímetro urbano do município de Itapaci. Destaca-se que não corresponde a um serviço especializado e percebe-se a falta de segurança com o manuseio dos instrumentos de soldagem por parte dos trabalhadores.

Fotografia 1 – Conserto de bitrem na cidade de Itapaci – Microrregião Ceres, Goiás



Foto: Os autores, 2012.

Além de demandas por consertos de maquinários e comércio especializado, há também uma demanda por moradia por parte dos inúmeros trabalhadores que ainda vem trabalhar no corte da cana-de-açúcar (a região apresenta uma porção considerável de topografia com declives acima de 12%, isso dificulta a mecanização da colheita, fazendo com que ainda sejam necessários trabalhadores braçais no corte da cana). A fotografia 2 mostra uma antiga escola do município de Carmo do Rio Verde que foi cedida, pela prefeitura do município, para funcionar como alojamento para trabalhadores da usina CRV Industrial. Percebe-se aqui a (re)configuração do espaço urbano e os (re)arranjos nos equipamentos públicos em prol da realização do capital sucroenergético no município.

Fotografia 2 – Alojamento de trabalhadores da CRV Industrial – Carmo do Rio Verde, Goiás



Foto: Os autores, 2012.

Os elementos vinculados à dinâmica sucroenergética são facilmente perceptíveis na paisagem regional, é muito comum que quando se adentra em alguma cidade ou região produtora de cana-de-açúcar logo se perceba as plantações de cana ao longo das estradas ou caminhões / bitrens carregando a cana-de-açúcar colhida. A fotografia 3 mostra um bitrem passando dentro do perímetro urbano de Itapaci, transportando cana cortada da zona rural para a

usina. Ressalta-se que há discussões sobre a proibição dos bitrens passarem dentro do perímetro urbano das cidades canavieiras, devido ao perigo iminente à população. Contudo, em várias cidades, sobretudo as cidades pequenas, isso ainda é realidade.

Fotografia 3 – Transporte de cana-de-açúcar no perímetro urbano de Itapaci, Goiás



Foto: Os autores, 2012.

Esses e outros elementos que são materializados na paisagem regional da microrregião Ceres, demonstram o quão frágil e impactante negativamente o agronegócio se revela nas cidades e região envolvidas. Na região estudada não há a construção de novos equipamentos e/ou infraestruturas para a realização do agronegócio canavieiro, mas sim é comum verificar os (re)arranjos na estrutura já existente.

Pode-se inferir que vários são os elementos e as problemáticas ligadas direta ou indiretamente à dinâmica canavieira, que são verificadas na paisagem: antigas escolas sendo utilizadas como alojamentos para os trabalhadores; mecânicos de carros de passeio trabalhando com o conserto de bitrens; caminhões carregando a cana colhida; a fuligem (fumaça da queima da cana) pela cidade; os ônibus deslocando os trabalhadores da cidade para o campo, entre

outros. Na microrregião Ceres, verifica-se um ordenamento territorial fruto da dinâmica do agronegócio da cana e fomentada pelo Estado, contudo o desenvolvimento econômico não acontece de forma equiparada, como seria o objetivo central, muito menos verifica-se a redução de disparidades regionais e conflitos.

Considerações finais

A atividade canavieira vem crescendo no Brasil e com ela várias dinâmicas e impactos são materializados na paisagem. A lógica do agronegócio, juntamente ao Estado (políticas de fomento) acabam por direcionar a implantação de empreendimentos do setor sucroenergético, realizando um verdadeiro ordenamento do território. A região pesquisada neste artigo, está localizada no estado de Goiás, o qual passou por uma expressiva expansão canavieira, principalmente durante a década de 1970, com os incentivos do Programa Nacional do Álcool (Proálcool), e mais recentemente com os incentivos do Plano Nacional de Agroenergia (2006 - 2011).

Na microrregião Ceres se observa, sobretudo nas cidades pequenas, que o agronegócio canavieiro é a principal atividade econômica, sendo que outras atividades como o comércio e as prestadoras de serviços também estão fortemente vinculadas às demandas da atividade canavieira. Ao contrário de outras regiões do estado de Goiás e do Brasil, que atraem outras agroindústrias para somar às agroindústrias canavieiras (transformando a região em altamente dinâmica e conectada em rede), a região de Ceres está focada em segmento único do agronegócio: somente nas usinas de cana-de-açúcar.

Essa característica acaba por fragilizar ainda mais a economia local e regional, pois não há muitas redes que se utilizam da lógica sucroenergética local e vice-versa, muito menos redes autônomas à atividade canavieira, o que leva a crer que caso aconteça um fechamento sistemático das usinas, seja pela crise energética, seja pela licença funcionamento cassada, como aconteceu

recentemente com a usina Vale Verde do município de Itapuranga (a usina do município de Itapuranga, Vale Verde Empreendimentos, ficou com a licença funcionamento cassada e sem funcionar durante os anos de 2010 a 2014), a região passará por sérios problemas socioeconômicos.

Com a pesquisa, pôde-se inferir que na microrregião Ceres há uma insuficiência da rede de objetos técnicos e de prestadoras de serviço que contemplem a demanda da atividade sucroenergética atual, sendo necessário a refuncionalização ou (re)arranjos na estrutura urbana pretérita para suprir as demandas do agronegócio sucroenergético.

É importante ressaltar que há a inserção de novos elementos técnicos, há aumento no quantitativo de empregos diretos e indiretos, há atração de mão de obra migrante, pois como não é possível a mecanização total da colheita da cana, ainda existem muitos cortadores de cana na região, entre outras características, contudo essa dinâmica se processa de forma extremamente frágil. Por fim, acredita-se que a dinamização socioeconômica marginal e o desenvolvimento incompleto, bem como as contradições socioespaciais, fruto do agronegócio sucroenergético nessa microrregião, estão materializadas no território e são perceptíveis na paisagem regional.

Referências

ANDRADE, N. L. **História e Histórias da CANG: Meu Rincão por Adoção.** Goiânia: Kelps, 1990.

_____. **Reforma Agrária: Colônia Agrícola Nacional de Goiás.** 2. Ed. Goiânia: Kelps, 2006.

ARANHA, B. da S. **Eu vi Ceres nascer: A saga do bandeirante Bernardo Sayão.** Goiânia: Grafia O Popular, 2001.

ARRAIS, T. P. A. **A Produção do Território Goiano: economia, urbanização, metropolização.** Goiânia: Editora UFG, 2013.

BRASIL. **Plano Nacional de Agroenergia 2006-2011**. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Secretaria de Produção e Agroenergia. 2. ed. rev. - Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2006.

CASTILHO, D. A Colônia Agrícola Nacional de Goiás (CANG) e a Formação de Ceres-GO. In: **Revista Élisée** – UEG: Goiânia, v.1, n.1, p.117-139, 2012.

CLEPS JÚNIOR, J. Questão Agrária, Estado e Território em Disputa: os enfoques sobre agronegócio e a natureza dos conflitos no campo brasileiro. In: SAQUET, A.; SANTOS, R. A. (Orgs.). **Geografia Agrária, Território e Desenvolvimento**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

CONSEJO DE EUROPA. **Carta Europea de Ordenación del Territorio**. Torremolinos, Espanha, 1983.

COPERSUCAR. Disponível em: <http://www.copersucar.com.br/historico.html>. Acesso em dezembro de 2013.

COSTA. W. M. da. **O Estado e as s Territoriais no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2000.

ESTEVAM, L. A. **O Tempo da Transformação: Estrutura e Dinâmica da Formação Econômica de Goiás**. Tese em Economia, Universidade Estadual de Campinas: Campinas, 1997.

FAISSOL. E. **O Mato Grosso de Goiás**. Rio de Janeiro: Biblioteca Geográfica Brasileira – IBGE, 1952.

FERNANDES, B. M.; WELCH, C.A. Campesinato e Agronegócio da Laranja nos EUA e Brasil. In: FERNANDES, B. M (Org.). **Campesinato e agronegócio na América Latina: A questão Atual**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

FERREIRA, L. C. G. **A Evolução do Setor Sucoalcooleiro na Microrregião Ceres (GO): Dinâmica Espacial e Impactos Socioeconômicos**. Dissertação (mestrado em Geografia). Universidade Federal de Goiás: Goiânia, 2010.

GASQUES, J. G. *et al.* **Desempenho e crescimento do agronegócio no Brasil**. Brasília: IPEA/DISET/Diretoria de Políticas e Estudos Setoriais, 2004. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/TemasEspeciais/agronegocioc>. Acesso em: março de 2014.

GIRARDI, E. P.; FERNANDES, B. M. Territorialização da produção de soja no Brasil: 1990-2002. In: **Anais 17º Encontro Nacional de Geografia Agrária**,

Gramado. XVII Encontro Nacional de Geografia Agrária - ENGA. Gramado-RS: UFRGS, 2004.

HARVEY. David. **A Produção Capitalista do Espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

IMB. Instituto Mauro Borges / Secretaria de Estado de Gestão de Planejamento de Goiás. Perfil dos municípios goianos. Disponível em <http://www.imb.go.gov.br/>. Acesso em julho de 2016.

KAGEYAMA, A; BUAINAIN, A.M; REYDON, B.P; GRAZIANO DA SILVA, J; SILVEIR, J.M.J; FONSECA, M da G.D; RAMOS, R; FONSECA, R.B; BELIK, W. O Novo Padrão Agrícola Brasileiro: Do Complexo Rural aos Complexos Agroindustriais. DELGADO, G.C; GASQUES, J.G; VILLA VERDE, C.M (Org.). **Agricultura e s Públicas**. 2.ed. Brasília: IPEA, 1996.

MARQUES, M. I. M. O Conceito de Espaço Rural em Questão. In: **Revista Terra Livre**. São Paulo: Ano 18, n. 19, jul/dez 2002.

MÉSZÁROS, I. **Para Além do Capital**: Rumo a Uma Teoria da Transição. Tradução Paulo Cezar Castanheira, Sérgio Lessa. 1.ed. revista. São Paulo: Boitempo, 2011.

OLIVEIRA, A, R.; FERREIRA, L. C. G.; GARVEY, B. A ocupação do Cerrado goiano pelo agronegócio canavieiro. In: **Revista Nera**. Presidente Prudente – SP. Ano 21, n. 43, pp. 79-100, Mai.-Ago./2018.

PINHEL JUNIOR, D. Apontamentos sobre a expansão do setor sucroalcooleiro. In: **Núcleo de Apoio Técnico do Setor Sucroalcooleiro** (CD-ROM): Ministério Público, 2007.

ROMANATTO, E.; ARRIEL, M. F., LIMA, W. M. O Programa FOMENTAR/PRODUZIR - Informações e Análises para o Estado de Goiás e suas Microrregiões. In: **Conjuntura Econômica Goiana**. Goiânia, n.22. Segplan-GO, set. 2012. Disponível em: www.segplan.go.gov.br. Acesso em fev. de 2014.

SANTOS, B. de. S. Estado, Direito e a Questão Urbana. In: **Revista Crítica de Ciências Sociais**. Coimbra/Portugal, nº 09, 1982.

SANTOS, M. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1985.

_____. **A Natureza do Espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 2002.

SILVA, E. R. da. **A Economia Goiana no Contexto Nacional: 1970-2000.** Dissertação em Economia, Universidade Estadual de Campinas: Campinas/São Paulo, 2002.

SILVA, C. A. F. da. **Grupo André Maggi: Corporação e Rede em Áreas de fronteira.** Cuiabá: Entrelinhas, 2003.

SILVA, M. A. M.; VERÇOZA, L. V.; BUENO, J. D. A Imagem do Etanol como “Desenvolvimento Sustentável” e a (Nova) Morfologia do Trabalho. In: **Caderno CRH.** Salvador, v. 26, n. 68, p. 253-271, Maio/Ago. 2013.

ÚNICA (União Nacional da Indústria de Cana-de-Açúcar). **Produção e uso do etanol combustível no Brasil.** São Paulo, 2013.